

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Assuntos Trabalhistas/ Tributário:

APROVADO na Comissão de Tributação, o parecer favorável do relator, deputado Luiz Paulo, ao Projeto de Lei nº 1272/2012, de autoria do deputado Samuel Malafaia, que “Veda ao Estado do Rio de Janeiro conceder incentivos fiscais ou créditos de qualquer natureza para as empresas que por suas atividades causem danos à saúde e segurança dos trabalhadores”.

Assuntos Tributários

APROVADO na Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia o parecer favorável do relator, deputado Zaqueu Teixeira, ao Projeto de Lei nº 2910/2017, de autoria dos deputados Martha Rocha e Paulo Ramos, que “Altera a lei nº 7148, de 17 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o cancelamento da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS -, nos casos que menciona”.

Economia Solidária

APROVADO na Comissão de Tributação, o parecer favorável do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao Projeto de Lei nº 2275/2016, de autoria da deputada Marcia Jeovani, que “Dispõe sobre o programa de incentivo ao cultivo e à comercialização de plantas alimentícias não convencionais (PANCS) e dá outras providências”, favorável com as emendas da Comissão de Constituição e Justiça, com emendas.

Indústria Audiovisual

APROVADO na Comissão de Cultura o parecer da relatora, deputada Zeidan Lula, ao Projeto de Lei nº 3422/2017, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de sessão de cinema adaptada a crianças e adolescentes com Transtorno Do Espectro Autista (TEA) e suas famílias, no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, favorável, com a emenda da CCJ.

Indústria da Construção:

APROVADO na Comissão de Tributação, o parecer favorável do relator, deputado Luiz Paulo, ao Projeto de Lei nº 2265/2013, de autoria do deputado Dica, que “Obriga as construtoras, que operam no estado do Rio de Janeiro, a fazerem após a conclusão da edificação, comunicado oficial ao CBMER das Unidades - residenciais ou comerciais - para os respectivos registros, com vistas a regularizar o recolhimento da taxa de incêndio anual”.

Requerimento:

→ Requerido pelo deputado Luiz Paulo, autor do Projeto de Lei nº 4498/2018, que “Dispõe sobre a auto declaração do proprietário de veículo automotores de conformidade quanto à segurança veicular e ambiental e dá outras providências”. Aguardar-se deliberação da Mesa Diretora.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária:
Dia: 04/12/2018

Não houve quórum para deliberar a pauta.

Sessão Plenária/Ordinária as 15:00:
Dia: 05/12/18

ANÁLISE DE VETO

Destaque para:

Veto parcial - PLC nº 56/2018, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº 33/2018), que dispõe sobre a redução de multa e de juros de mora, no caso de pagamentos em parcela única ou mais de uma parcela, de créditos tributários relativos ao ICMS, na forma que especifica, de acordo com o autorizado no Convênio ICMS 75/18. **(Lei Complementar nº 182/2018)**. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 44; Não: 1; Abstenção: 8, total 53 votos. O veto derrubado retorna ao Governador. (A Lei será atualizada).**

Veto total - PL nº 2735-A/2014, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que institui o programa de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e dá outras providências. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 51; Não: 0; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto total - PL nº 1645-A/2016, de autoria da deputada Lucinha, que recomenda às empresas que fabricam e distribuem bebidas alcoólicas no estado do Rio de Janeiro a disponibilizarem 10% do seu orçamento gasto com propaganda em programas e anúncios educativos contra o alcoolismo e acidentes de trânsito decorrentes do uso do álcool. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 50; Não: 1; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto total - PL nº 1220-A/2012, de autoria do deputado Gilberto Palmares, que dispõe sobre a publicização do quadro de horários e frotas das linhas de transporte rodoviário intermunicipal. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 51; Não: 0; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto total - PL nº 1252-A/2012, de autoria dos deputados Enfermeira Rejane, Sabino, Edson Albertassi, Andreia Busatto, Roberto Henriques e Jânio Mendes, que cria o programa estadual de recuperação da malha ferroviária com objetivos turísticos. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 51 Não: 0; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto total - PL nº 1430-A/2016, de autoria do deputado Wagner Montes, que dispõe sobre o direito do consumidor obter comprovantes de pagamentos que tenham durabilidade do texto impresso de pelo menos 5(cinco) anos. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 50 Não: 1; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto total - PL nº 1373-A/2016, de autoria do deputado Bruno Dauaire, que trata da obrigatoriedade de instalação de equipamento para eliminar ar na tubulação do sistema de abastecimento de água. **Veto Mantido. Votos: 51 não**

Veto total - PL nº 1885/2016, de autoria da deputada Martha Rocha, que obriga hospitais, públicos ou particulares, a notificarem a polícia civil da internação de paciente que não possua identificação. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 51 Não: 0; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto total - PL nº 2558-A/2017, de autoria do deputado Gustavo Tutuca, que altera a lei estadual nº 4.119, de 1º de julho de 2003, para dispor sobre a obrigatoriedade de aplicação do teste de glicemia capilar nos prontos socorros e unidades de saúde em crianças de 0 a 6 anos, 11 meses e 29 dias de idade, em todos os municípios do estado. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 51 Não: 0; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto parcial - PL nº 632/2015, de autoria do deputado Átila Nunes, que institui a campanha estadual de conscientização para o descarte correto de medicamentos vencidos e/ou fora de uso. **(Lei 8135/2015). Veto Mantido. Votos: 51 não**

Veto total - PL nº 3433/2017, de autoria dos deputados André Ceciliano e Gilberto Palmares, que institui feriado estadual bancário a quarta-feira de cinzas e dá outras providências. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 49 Não: 2; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto total - PL nº 1993/2016, de autoria do deputado Dr. Deodalto, que dispõe sobre a realização de exames de troponina cardíaca em pacientes na rede pública de saúde do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 51 Não: 0; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto total - PL 4324/2018, de autoria dos deputados Dr. Julianelli e Gilberto Palmares, que altera a lei nº 4119, de 1º de julho de 2003, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários a sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes e dá outras providências. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 51 Não: 0; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto total - PL nº 1427-A/2016, de autoria do deputado Wagner Montes, que dispõe sobre a publicidade das informações de arrecadação do ICMS no estado do Rio de Janeiro. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 51 Não: 0; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto parcial - PL nº 4012-A/2018, de autoria do deputado Iranildo Campos, que dispõe sobre o uso preferencial de agregados reciclados em obras e serviços de engenharia executados pelo estado de Rio de Janeiro. **(Lei 8139/2018). Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 51 Não: 0; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto total - PL nº 3938/2018, de autoria do deputado Iranildo Campos, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação, nos postes, pilares e colunas que possuam instalações elétricas, de dispositivos de proteção a corrente diferencial-residual que impeçam que choques elétricos sejam fatais. **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 50 Não: 0; Abstenção: 0, total 50 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto total - PL nº 1749/2016, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que proíbe a emissão de documento fiscal com origem em outro estado da federação, pelas empresas contratadas pelo governo do estado do Rio de Janeiro. **(Lei 8151/2018). Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 50 Não: 0; Abstenção: 1, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto parcial - PL nº 2259/2016, de autoria do deputado Carlos Minc, que institui o sistema de logística reversa de embalagens e resíduos de embalagens no âmbito do estado do Rio de Janeiro, de acordo com o previsto na lei federal nº 12.305, de 2010 e no decreto nº 7404, de 2010. (Lei 8151/2018). **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 51 Não: 0; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

Veto total - PL nº 713/2015, de autoria do deputado Flávio Serafini, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, em um percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento), de produtos orgânicos na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais da rede pública estadual do Rio de Janeiro. **Veto Mantido.**

Veto parcial - PL nº 4358/2018, de autoria dos deputados André Ceciliano e Christino Áureo, que altera a lei estadual nº 7495, de 05 de dezembro de 2016. (Lei 8122/2018). **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 14 Não: 23 na questão do Parágrafo 5º. Votaram: sim: 3; não: 34. Veto mantido.**

Veto parcial – PL nº 3010/2017, de autoria do deputado Dica, que dispõe sobre a disponibilidade de vistoria anual do DETRAN-RJ aos veículos movidos a GNV (Gás Natural Veicular). (Lei 8.091/2018, com veto parcial). **Resultado: veto rejeitado. Totais de votos: sim: 51 Não: 0; Abstenção: 0, total 51 votos. O veto derrubado retorna ao Governador.**

ANÁLISE DE VETO

Destaque para:

Sessão extraordinária 05 de dezembro de 2018 - 17hs/5min

PL 3184/2017 - autores deputados Comte Bittencourt, Carlos Minc, Luiz Martins, Luiz Paulo e Gilberto palmares, que “Dispõe sobre a criação da nova agência reguladora de serviços públicos do estado do Rio de Janeiro - ARSERJ, com a fusão da AGENERSA e AGETRANSP, e dá outras providências”. → Aprovado o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. Vai a autógrafa.

Sessão extraordinária 05 de dezembro de 2018 - 17hs/15min.

Regime de urgência/

Discussão única

PLC 58/2018 - Poder Executivo - Prorrogação do prazo do Fundo de Combate a Pobreza. Aprovado nas Comissões de: Constituição e Justiça (parecer pela constitucionalidade, com duas emendas modificativas); Legislação Constitucional; Direitos Humanos; Economia; Tributação; e de Orçamento). O PLC saiu de pauta e retorna às Comissões Técnicas. Foram apresentadas 43 emendas.

PL 4478/2018 - Poder Executivo - Calamidade pública - Aprovado com emendas. (Como votaram as Comissões: Constituição e Justiça -parecer pela constitucionalidade, com emenda modificativa; Tributação; e de Orçamento- acompanharam o parecer da CCJ. O PLC saiu de pauta e retorna às Comissões Técnicas. Foram apresentadas 13 emendas.

Sessão ordinária 06 de dezembro de 2018 - 15:00

Regime de Urgência/
Discussão única

PL 4487/2018, do deputado André Ceciliano - incentivo fiscal para cultura. → Retirado de pauta pelo autor. Retorna na próxima semana (inclusive na pauta do dia 11/12/18)

Em 2ª discussão - redação do vencido

PL 3358-A/2017, da deputada - Linha social de transporte hidroviário urbano de passageiros, ligando a Praça XV e a Baía de Sepetiba. → **Aprovado. Vai a autógrafa.**

Em tramitação ordinária
em votação em 2ª discussão redação do vencido

PL 821-A/2015, do deputado Benedito Alves - criação de programa de incentivo à prática de atividades físicas no âmbito do estado do Rio de Janeiro. → **Aprovado com emenda. Vai à redação final.**

1ª discussão

PL 4177/2018, da deputada Lucinha - Regula a venda de mercadorias expostas no âmbito do Rio de Janeiro. → **Aprovado. Volta em 2ª discussão.**

Pauta da ordem do dia: 11-12-13 de dezembro de 2018

Link para acessar as pautas:
http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=59

Sessão extraordinária
Dia: 11/12/18 - hora: 14h45min.

Destaque para:

**EM REGIME DE URGÊNCIA
EM VOTAÇÃO, EM DISCUSSÃO ÚNICA**

- **PL Complementar 58/2018** - altera a redação do artigo 6º da lei complementar nº 151, de 09 de outubro de 2013 - FECP - Análise das 43 emendas recebidas.

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM VOTAÇÃO, EM DISCUSSÃO ÚNICA

- **PL 4478/2018** - altera a data de validade prevista no art. 2º da lei nº 7483, de 08 novembro de 2016, alterada pela lei 7.627, de 09 de junho de 2017, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira declarado pelo decreto N° 45.692, DE 17 DE JUNHO DE 2016 - Análise das 13 emendas recebidas.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA
11/12/2018 - hora: 15:00

Destaque para:

PROJETO DE LEI Nº 795-A/2015
DE AUTORIA DO DEPUTADO WAGNER MONTES
REDAÇÃO FINAL

Acesso de profissionais da área de saúde, que fazem tratamento de alunos com deficiência e ou mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento, e com altas habilidades ou superdotação, nas dependências das escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro.

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PL 4487/2018 - autoriza o estado do Rio de Janeiro a reinstaurar o incentivo fiscal de que trata a lei estadual nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992.

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO

PL 1123-A/2015 - obrigatoriedade da fabricação de etiquetas em braile e letras ampliadas em peças de vestuário.

PL 2350-A/2017 - A destinação de dois por cento dos recursos arrecadados com as multas da lei seca para a Fundação Para a Infância e Adolescência (FIA).

**INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 3º DO ARTIGO 47 DO
REGIMENTO INTERNO.**

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM VOTAÇÃO, EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO - ASSIM EMENDADA

PL 2089-A/2016 - Altera a Lei nº 7.402, de 18 de julho de 2016, que determina que pessoas feridas em acidentes de trânsito sejam levadas, pelo corpo de bombeiros, para hospitais conveniados aos seus planos de saúde.

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO

PL 1755/2016 - Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais para os fins que especifica.

PL 3969/2017 - Política estadual de Segurança Pública e Defesa Social - PESPDS.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA
12/12/2018 - hora: 15:00

Destaque para:

EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO

PL 2210-A/2016 - Institui a política estadual de economia solidária no âmbito do estado do Rio de Janeiro

PL 4174-A/2018 - Declara de relevante interesse ambiental a conservação e a proteção dos ecossistemas de montanha, no território do estado do Rio de Janeiro,

EM VOTAÇÃO, EM 1ª DISCUSSÃO

PL 2746/2014 - Torna obrigatório o envio cópia do contrato de adesão aos consumidores, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento - AR.

EM 1ª DISCUSSÃO

PL 1163/2015 - Altera a Lei nº 4528, de 28 de março de 2005, que "estabelece as diretrizes para a organização do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro".

INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 3º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO.

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM VOTAÇÃO, EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO - ASSIM EMENDADA

PL 1649-A/2016 - Estabelece que o governo do estado e dos municípios que operam em regime de concessão de transbordo e tratamento de resíduos sólidos procedam a revisão de seus contratos e façam a previsão nos novos contratos de que seja destinado um percentual dos mesmos para o fomento da atividade de reciclagem.

INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 1º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO.

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO

PL 2016/2016 - Altera a lei 4.191 de 2003 que estabelece a política estadual de resíduos sólidos, definindo normas para disposição de resíduos sólidos em área de aquífero.

PL 3873/2018 - Altera as leis nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, e 5.234, de 05 de maio de 2008 que dispõem sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do Rio de Janeiro e a lei nº 5.639, de 06 de janeiro de 2010 que dispõe sobre os contratos de gestão entre o órgão gestor e executor da política estadual de recursos hídricos e entidades delegatárias de funções de agência de água relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do estado.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA
13/12/2018 - hora: 15:00

Destaque para:

EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO - ASSIM EMENDADA

PL 717-A/2015 - regulamenta a responsabilidade dos fornecedores sobre a obsolescência programada de seus produtos no estado do Rio de Janeiro.

PL 1179/2015 - Programa de Incentivo aos Polos de Economia Sustentável, Circular e Criativa (PESCC) - distritos sustentáveis, circulares e criativos no estado do Rio de Janeiro e modifica o artigo 2º da lei nº 2.927, de 3 de abril de 1998 e o artigo 2º da lei nº 7.368, de 14 de julho de 2016.

PL 3773-A/2018 - Autoriza o Poder Executivo a criar o circuito fluminense de economia solidária.

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Ofício GG/PL nº 777 de 03 de dezembro de 2018

Veto Total aposto ao PL 853-A/2011

Autor: Deputado Marcelo Simão

Dispõe sobre a reserva de 15% das vagas de trabalho nos eventos esportivos e culturais, promovidos ou apoiados pelo governo do estado, para as pessoas com deficiência.

Ofício GG/PL nº 778 de 03 de dezembro de 2018

Veto Total aposto ao PL 1377/2012

Autor: Deputado Gilberto Palmares

Dispõe sobre a exigibilidade da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, instituída pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, no estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.

AGORA É LEI:

Lei nº 8191 de 04 de dezembro de 2018

Oriunda do PL 2948/2014

Autora: Deputada Cidinha Campos

Altera a Lei nº 4129 de 16 de julho de 2003, que obriga os supermercados a divulgar com destaque a data de vencimento da validade dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos.

Lei nº 8192 de 04 de dezembro de 2018

Oriunda do PL 1342-A/2015

Autores: Deputados Nivaldo Mulim e Tio Carlos

Obriga as escolas públicas e privadas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a disponibilizarem cadeiras em locais determinados aos portadores de Transtorno de Déficit de Atenção E Hiperatividade - TDAH.

Lei nº 8196 de 05 de dezembro de 2018

Oriunda do PL 2952-A/2014

Autora: Deputada Cidinha Campos

Altera a Lei nº 3.977, de 04 de outubro de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade de impressão, em copos descartáveis, da respectiva capacidade de mililitros estampados e visíveis.

Lei nº 8197 de 05 de dezembro de 2018

Oriunda do PL 1954-A/2016

Autor: Deputado Rosenverg Reis

Torna a varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, serviços ambientais essenciais à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde pública da população e à preservação da fauna e da flora, em defesa das presentes e futuras gerações.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 46.512 de 04 de dezembro de 2018

Dá nova redação ao caput do art. 1º do Livro XIII (Da Operação com Veículo) do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto nº27.427, de 17 de novembro de 2000.

Decreto nº 46.516 de 05 de dezembro de 2018

Concede desconto para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores Terrestres (IPVA), relativo ao exercício de 2019.

Secretaria de Estado de Educação

Resolução SEEDUC nº 5705 de 05 de dezembro de 2018

Disciplina o RGA - Registro Geral de Alunos matriculados nas instituições de ensino privadas integrantes do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Comissão de Cultura

Dia: 10-dezembro-2018

Hora: 10:00

Local: Sala 316 do Palácio Tiradentes

Tema: Polo de Economia Criativa da Zona Oeste.

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranches. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.